



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1281

## **A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DE 1980: PERSPECTIVAS SOBRE A CLASSE OPERÁRIA**

Angelita Cristina Maquera – mestranda/CAPES  
Dr. Sidnei J. Munhoz (orientador)  
Universidade Estadual de Maringá – PPH/UEM

**Resumo:** Durante a década de 1980, proliferaram no Brasil trabalhos sobre a história da classe operária brasileira do início do século XX. Este trabalho busca apresentar as principais características desses estudos, ressaltando seus aspectos teóricos e metodológicos. Para além de compreender a emergência dos movimentos sociais a partir de 1978, o estímulo para a realização daqueles estudos, se relacionam com problemáticas legítimas na qual a sociedade brasileira do início do século XX estava inserida. Desse modo, ao retratar os principais aspectos de tais obras, encontramos o ano de 1917 como um marco “indiscutível”, devido as grandes manifestações ocorridas em todo o Brasil naquele ano, relacionadas a problemas específicos da nossa sociedade, como por exemplo, as condições de trabalho no campo e na cidade. Ressalta-se também, a influência do contexto internacional, como a Revolução Russa. No entanto, não entendemos que tais manifestações sejam meras importações de ideias, (anarquismo, socialismo), mas, mobilizações legítimas em busca de solução para problemas autênticos. Assim, ao analisar os principais trabalhos publicados na década de 1980, observamos uma série de aspectos que nos fazem compreender os debates específicos da historiografia daquele período e ainda análises valiosas para o estudo do Brasil Republicano.

**Palavras-chave:** Historiografia; greve de 1917, Brasil.

### **Introdução e justificativa**

Tendo em vista os debates atuais nesse ano de 2015 que, aparecem nas diferentes mídias mostrando novas configurações da classe operária por meio de manifestações, assembleias que discutem o projeto de terceirização (PL 4.330)<sup>1</sup>, destacando ainda, a ameaça de greve geral feita pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no mês de abril deste ano. Traz à luz

---

<sup>1</sup>As empresas podem contratar trabalhadores terceirizados em qualquer ramo de atividade para execução de qualquer tarefa, seja em atividade-fim ou meio. Atualmente, a terceirização é permitida somente em atividades de suporte, como limpeza, segurança e conservação, nos termos da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). (Disponível no site do Senado Federal).

debates longínquos sobre a situação da classe operária brasileira, debates que antes questionavam a limitação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), hoje configurados em uma necessária defesa destes direitos já há muito, adquiridos.

A partir dessas premissas, este trabalho busca apresentar uma análise de como a historiografia dos anos de 1980 abordou, uma greve geral já quase centenária, ocorrida em diferentes partes do país em 1917, sob liderança anarquista que levou multidões as ruas.

## **Resultados**

Essa produção historiográfica de 1980 abordou mais criteriosamente o período Republicano no Brasil, a maioria dos recortes destacam os anos de 1889 à 1930. Os autores e trabalhos que analisamos se remetem às greves ocorridas em 1917 no Brasil, de modos diferentes, entretanto, alguns apontamentos são comuns e ao mesmo tempo, trazem novas perspectivas. O que gostaríamos de apresentar aqui é o aspecto positivo desses trabalhos ao abordarem os fatores específicos da sociedade brasileira naquele período, invalidando os “mitos” de que os movimentos operários eram apenas fundamentados pela importação de ideias.

Percebemos que, ao descartarem as análises partidárias ou sindicalistas da história operária, os autores analisados, ressaltaram o anarquismo como um dos elementos essenciais nas manifestações da 1917. Maria Célia Paoli apontou que sob essa atmosfera de novos debates na história; “é nesse plano exclusivamente ideológico e doutrinário, que os historiadores e sociólogos sentiram-se mais à vontade para analisar a experiência anarquista [..]” (PAOLI, M. 1982, pág.23). A autora ainda aponta que;

O insucesso destas “pequenas lutas”, certamente mais frequente, dada a espantosa violência da repressão, não anula a enorme importância deste campo de luta no engendramento histórico da luta de classe. Estas lutas, organizada ou não pelos anarquistas, formam uma prática política que tenta ser expressão do existir cotidiano de uma classe e propõem,

simultaneamente, a dimensão do próprio significado das experiências comuns e do reconhecimento mútuo; isto é, propõe a interpretação de sua própria dominação (PAOLI, M. 1982, pág. 24).

Assim, a autora traz uma perspectiva importante ao ressaltar que a organização anarquista difusa em ligas de bairro, por exemplo, contribuíram para a construção do “tempo coletivo” por meio das experiências em comum, o que ocasionou em uma das características das manifestações daquele período.

Entretanto, a autora não afirma que essas organizações, posteriormente, deram “origem” aos sindicatos (como se apenas os sindicatos ou as organizações “oficiais” devam ser consideradas). De um ponto de vista divergente do que era comum à época, a autora demonstra que havia uma forma de organização diferenciada e autêntica antes de 1930, e que por intermédio de suas possíveis “falhas” e em um outro contexto, formaram outros tipos de organização. Segundo Paoli;

[..] a partir da greve de 1917 em São Paulo, quando a ação do movimento operário, no próprio desenvolvimento de sua prática, desdobra suas comissões e grupos de fábrica para além do lugar onde elas tinham se desenvolvido: forma-se um comitê amplo, sediado em bairro, elegem-se delegados, negocia-se com patrões e com o governo estadual (PAOLI, M. 1982, pág.27).

Desse modo, a autora destaca que o desenvolvimento do movimento operário foi “espontâneo” no que se refere à uma organização não institucionalizada, que por muito tempo era o foco de muitas análises historiográficas e militantes.

Cristina Campos Hebling trabalha exatamente com essa perspectiva difusa e heterogênea das organizações operárias. A autora prioriza o anarquismo, entretanto, ela explica que não era uma forma homogênea, pois em São Paulo e no Rio de Janeiro, tiveram diferentes modos de atuação, devido ao “cenário” diferente das duas cidades (HEBLING, C. 1988). Destacamos que a autora faz uma contribuição positiva ao apresentar que essas diferenças ocorriam em toda a classe operária brasileira, pois há diferença nas relações de trabalho, diferença sexual, diferentes setores econômicos, etc.

Hebling afirma, que o Rio de Janeiro possuía uma organização específica da sociedade, uma maior diversidade cultural e populacional, além de um grande número de funcionários públicos, o que influenciou o surgimento do anarquismo em bases de organização sindical, considerando que o número de sindicatos ditos “amarelos”, era grande, ou seja, já havia uma tendência à organização sindical (HEBLING, C. 1988, pág.24).

Em São Paulo, as características eram diferentes, devido à forte imigração, uma outra estrutura econômica, e como aponta Hebling, uma maior repressão se deu na cidade decorrente de uma maior aproximação entre o empresariado e o Estado. Campos destaca, que nessa cidade se desenvolveram mais ligas de bairro, tipicamente anarquistas e com influências estrangeiras, a eficiência da repressão policial dificultou as organizações sindicais.

É importante ressaltar, que a autora trabalha com jornais de vertente anarquista para trazer esses resultados. Assim, as greves podem ser compreendidas para além do econômico, mas também como um projeto utópico da sociedade como resposta aos desmandos do Estado e dos industriais.

Entretanto, os autores estão de acordo sobre tais fatores econômicos, retratam a partir dos jornais operários que as condições de trabalho e de moradia eram precárias, portanto, em julho de 1917 a greve se inicia no setor têxtil (o maior setor industrial do Brasil), exigindo a jornada de oito horas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil e também aumento salarial (HEBLING, C. 1988). Essas greves são difusas, não acontecem ao mesmo tempo, devido às reuniões e acordos que acontecem, assim, teve-se uma das maiores greves da história brasileira, mas deve-se salientar seu caráter disperso e espontâneo (HEBLING, C. 1988).

Essas manifestações que se iniciam em 1917 são recorrentes até, aproximadamente, 1921, com menos intensidade. A autora entende que o declínio ocorre devido à repressão e também às mudanças nas práticas operárias, considerando a fundação do Partido Comunista em 1922, o que

leva-se à outras estratégias de luta e não mais a ação direta anarquista e também o forte discurso nacionalista e patriótico empregado como meio de sanar os problemas sociais. Hebling afirma que;

Creio que este final de conjuntura marcou os limites do sonhar libertário. Ele foi provado pelos valores religiosos, pelo nacionalismo, pelo pragmatismo, o reformismo, por uma política de corrupção que sustentava amarelos e coronéis marítimos, pelo gerenciamento científico, etc. (HEBLING, C. 1988, pág.178).

Entretanto, assim como De Decca também salientou (DECCA Edgar, S. 1981), a autora afirma que é errôneo usar a palavra “insucesso” para a experiência anarquista desses anos, pois os anarquistas não queriam participar do poder, não se viam nessa lógica. Ainda, ela afirma que não se pode criticar essa falta de representatividade política do operariado sendo que a burguesia em si, também demorou para se constituir como força política e eleitoral (HEBLING, C. 1988). Assim, acreditamos que esse aspecto de compreender essas greves como difusas e sob múltiplos fatores, é a principal colaboração da autora sobre a data.

É importante ressaltar que os ganhos dessas greves foram relativos, dependendo de cada setor e cada região. Entretanto, os autores concordam que essas manifestações de 1917 trouxeram à tona a “questão social”, que se anteriormente tentava ocultar.

Margareth Rago afirma que esse foi um dos maiores ganhos de tais manifestações e também ressalta que foi importante para o fortalecimento do movimento operário e também do patronal, por intermédio da criação de diversas associações (RAGO, M. 1985). Entretanto, vale ressaltar que essa obra apresenta um outro aspecto da repressão a essas manifestações, a moral, segundo ela; “a imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a ideia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas” (RAGO, M. 1985, pág.34).

No entanto, Rago, ao analisar os jornais anarquistas do período, ressalta a presença feminina na organização e no discurso operário. Essa

presença que autora aponta não é só na resistência explícita (as trabalhadoras têxteis que foram às ruas em 1917), mas a resistência cotidiana, lembrando que os questionamento dessas mulheres ultrapassam a condição de trabalho, questiona-se a própria construção da mulher (RAGO, M.1985).

Percebemos que encontrar um fio único para as manifestações é impossível, pois elas se constituíram de fatores diferenciados e difusos. A colaboração de Margareth Rago foi importante por destacar que as estratégias anarquistas buscavam intervir em problemas que iam para além do campo econômico (o que, regra geral, não era muito não valorizado pelas análises marxistas de orientação ortodoxa), eles questionavam toda a estrutura burguesa, inclusive a moral familiar, como sabiamente destacou Rago.

Kazumi Munakata também salienta a intensa influência anarquista nas greves de 1917, desde sua proliferação anterior (1904). O autor se destaca ao estabelecer uma relação entre o anarquismo e o liberalismo, como já visto, ele afirma que ambos não queriam a intervenção do Estado nas relações de trabalho, entendiam, o trabalho como acordos privados. Assim, Munakata ressalta a importância dessas ideologias libertárias nas greves e principalmente, estabelece os ganhos dessas manifestações.

O autor afirma que um dos principais ganhos dessas grandes greves foi o maior controle das relações de trabalho, o exemplo disso foi a criação das tabelas e regulamentos que muitos trabalhadores estabeleceram (MUNAKATA, K. 1984). A estratégia desses trabalhadores, segundo Munakata, era de criar associações de trabalhadores, de determinado ofício e estabelecerem normas e regras a serem seguidas pelas empresas, naquele determinado trabalho (MUNAKATA, K. 1984). A principal regra estabelecida por essas associações/comissões operárias estava relacionada ao salário e às condições de trabalho.

Essas associações eram responsáveis principalmente pelo mercado de trabalho, pois eles mediavam as contratações, assim, se um patrão não cumprisse as normas daquele sindicato de ofício, dificilmente ele conseguiria contratar mão de obra (MUNAKATA, K. 1984, pág.19).

Assim, Munakata afirma que o sindicato é de certo modo aceito pelos patrões, e esse sucesso se deve à organização e mobilização constante dos trabalhadores, além de resolverem os conflitos sem a intervenção do Estado (anarquistas e sua resistência ao Estado), e também os modos de assistência social, como as caixas de auxílio em caso de acidentes, atraíram os trabalhadores (MUNAKATA, K. 1984).

Desse modo, o autor também desconstrói o mito da “infantilidade” da classe operária antes de 1930, ao apresentar os diversos modos de resistência implícitos e explícitos, que garantiram alguns ganhos para os trabalhadores, principalmente, após as grandes manifestações de 1917.

Acreditamos que uma das fontes que mais contribuiu aqui para ressaltar os próprios aspectos nacionais nessas grandes greves, foi o trabalho de Silvia Magnani (MAGNANI, S. 1982). Como já enfatizado, o trabalho da autora ainda retrata uma tendência teórica dos anos anteriores à década de 1980.

A autora ao apresentar a teoria da “planta exótica”, visa desconstruir a ideia da resistência operária como importada. Essa teoria muito difundida pela elite republicana, entendia que o anarquismo veio totalmente de fora, pois o brasileiro é “cordial”, os estrangeiros são os “culpados” (MAGNANI, S. 1982, pág.17). O trabalho de Magnani é fundamentado em destruir esse mito e provar que a situação econômica e política do Brasil daquele período era fértil às ideias libertárias. A autora ressalta que;

[..] os comportamentos políticos do operariado, ainda que contraditórios entre si ou ambíguos, seriam explicitados pela configuração social; o anarquismo teria correspondido a certos aspectos da configuração social, não permanecendo a transposição de um ideário político-ideológico europeu (MAGNANI, S. 1982, pág.29).

A autora entende, desse modo, que no período da Primeira República os trabalhadores não tinham nenhum tipo de representação (em um sentido institucionalizado, como já nos habituamos atualmente), e aceitaram as lideranças anarquistas, principalmente, por serem operários também, diferentemente de muitos líderes socialistas, que não eram operários.

Essas organizações operárias, segundo Magnani eram difusas, como se evidenciou nas greves, devido, como já abordamos às diferenças entre os setores econômicos e regiões, entretanto, a autora salienta um aspecto novo ao estabelecer o paternalismo oligárquico como uma das causas da debilidade operária naquele período (MAGNANI, S. 1982, pág.31).

Entretanto, ela salienta eu os industriais também eram subordinados as oligarquias, ou seja, também não possuíam forte representatividade, sendo assim, a autora aponta que a classe operária na Primeira República era débil, mas os industriais também não se constituíam em uma força política representativa (MAGNANI, S. 1982).

Magnani se aproxima de Kazumi Munakata ao afirmar que estes anarquistas aceitavam a constituição liberal dos direitos individuais e, desse modo, lutavam contra o patronato e não contra o Estado. Destaca-se que, a autora não entende isso como algo negativo, mas como parte daquele processo histórico, a especificidade do Brasil, devido às políticas oligárquicas e ao preconceito com os imigrantes, fizeram com que tais anarquistas lutassem mais por direitos e reformas do que a própria destruição do Estado, como na Espanha e na Itália (MAGNANI, S. 1982).

A autora descreve que a organização anarquista já influenciava as greves de 1907 em São Paulo, por meio da ação direta e não havia intervenção do Estado para o diálogo, somente uma intervenção repressiva. Essas manifestações já exigiam a jornada de oito horas. Essa exigência além de dar o tempo do lazer aos trabalhadores, também diminuiria o desemprego, já que aumentariam os turnos. No entanto, os industriais alegaram que os países desenvolvidos ainda não tinham aprovado essa jornada, e também isso aumentaria os preços dos produtos, recusando as exigências, que seriam retomada mais tarde em 1917.

Desse modo, Magnani conclui em seu trabalho que teoria anarquista encontrava confirmação na organização estatal brasileira, principalmente, por meio das políticas oligárquicas e repressivas que não permitiam a participação operária na política institucional. Magnani ressalta que

não se deve invalidar a influência anarquista, afirmando ser ela uma mera importação de ideias, pois a exclusão política, social e cultural dos trabalhadores lhes proporcionaram a difusão de ideais libertários. E também, seguindo o raciocínio de De Decca (DECCA Edgar, S. 1979), não se pode considerar esses anarquistas como “vencidos” ou “perdedores” já que não almejavam participar das relações políticas institucionalizadas, mas, destruí-las.

O historiador Francisco Foot Hardman (HARDMAN, F. 1984), ao focar seus estudos sobre a cultura da classe operária, entende que concomitante as práticas de resistência anarquista, a burguesia também criou estratégias de controle, portanto, o autor, assim como Magnani, também ressalta os aspectos específicos da sociedade brasileira, segundo ele;

O mutualismo foi virtualmente soterrado pela luta de classes: a classe operária, sob a influência anarco-sindicalista, desenvolveu as ligas de resistência e sindicatos de ofícios vários; a burguesia, através do Estado e da Igreja, tomava iniciativas no campo da filantropia e do paternalismo assistencialista (HARDMAN, F. 1984, pág.33).

Assim, ele entende que a própria classe é definida em determinado sentido histórico, e possui formas nacionais específicas, e como veremos, isso não significa que as relações com o “internacional” seja descartada.

Hardman, assim como Magnani ressalta que o anarquismo era uma ideologia que se reafirmava na realidade brasileira, principalmente, devido à segregação social, cultural e até geográfica dos operários, ou seja, não havia nenhum tipo de representatividade reconhecida pelos patrões (HARDMAN, F. 1984, pág.60). Entretanto, diferentemente de Silvia Magnani, Hardman destaca as vilas operárias como parte desse isolamento e segregação dos trabalhadores, sendo assim, os trabalhadores rurais vivenciavam a dominação estratégica das oligarquias, e os trabalhadores urbanos, também vivenciavam diferentes estratégias de controle da burguesia, entre elas, as vilas operárias. Entende-se a vila operária como estratégia de controle tendo que ela segrega o operário, já que ela se localiza no mesmo local de trabalho, a distribuição dos

trabalhadores nesses espaços também supõe uma lógica disciplinar (a igreja, a escola e o mercado, tudo no mesmo local, evitando que o operário tenha que sair de sua vila).

A contribuição de Francisco Hardman é notável, pois o autor diferentemente dos demais aqui apresentados, estuda as práticas culturais de resistência, entendendo que a cultura está intrínseca as resistências políticas e sociais. O autor para exemplificar isso se utiliza dos exemplos das festas e festivais organizados pelos operários, que tinham o propósito de propaganda, arrecadação de fundos para a manutenção dos jornais e escolas e claro, para ressaltar os vínculos e práticas culturais (HARDMAN, F. 1984).

Entretanto, o autor problematiza esses aspectos culturais e afirma que essa “cultura” anarquista não pode ser entendida como algo puro e próprio da classe, pois é notável seu paradoxo entre o separatismo e a assimilação. Sendo que, ao mesmo tempo que se diferenciavam por meio do teatro e das publicações em jornais, essas festas foram se tornando populares, não apenas anarquistas, desse modo, o autor entende que mesmo sendo contraditória, é importante reconhecer a influência dessas tendências na formação e construção das manifestações que ocorreram durante toda a Primeira República.

Assim, percebemos que a classe, como já afirmou Thompson, não é algo estável ou imóvel, ela se estabelece no processo de luta, e a cultura, muito criticada e desvalorizada por análises marxistas, está intrínseca as organizações de resistência, se relacionando com os fatores econômicos, sociais e políticos, ele ainda afirma que, como dizia Michelle Perrot, “a greve é também uma festa” (HARDMAN, F. 1984, pág.193).

Acreditamos que a principal contribuição de Francisco Hardman para a compreensão das manifestações de 1917, está em entender essas greves para o além do econômico e do político, mas também atentar para o cotidiano e as práticas culturais dos trabalhadores, ou seja, uma gama de fatores inter-relacionados. Portanto, a partir das vilas operárias, por exemplo,

se consolidava as experiências em comum e estabeleciam diferentes relações, tanto de resistência, quanto as de sujeição à classe dominante.

Entendemos que a organização documental feita pelos professores Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (PINHEIRO, P. & HALL, M. 1981), constitui um importante acervo para o estudo do período e possibilita aos pesquisadores do tema, uma melhor compreensão do período estudado e, inclusive, a melhor percepção dos motivos que levaram estes trabalhadores a desencadearem as maiores greves do Brasil. Os autores, como já mencionados, apresentam farta documentação sobre as condições de vida, as organizações, a resistência e sobre as greves que ocorreram durante todo o período recortado, demonstrando o caráter espontâneo<sup>2</sup> de algumas greves e outras mais organizadas e planejadas, pois a organização operária não é homogênea.

A organização documental demonstra, na maior parte, as denúncias de exploração e os modos de vida dos trabalhadores rurais e urbanos. As denúncias mais frequentes são principalmente em relação a habitação e a falta de direitos em relação aos salários, pois não há ninguém que garanta o cumprimento das garantias básicas dos trabalhadores (PINHEIRO, P. & HALL, M. 1981).

Os autores apresentam um artigo que relata justamente isso que estamos afirmando, é um artigo do anarquista Gigi Damiani publicado em 1920 em São Paulo;

Mas não há juízes ali? Existem sim, e até demais; mas eles são simples empregados do Estado e o cargo que ocupam é dado a eles de presente pela oligarquia que domina, ou pelos fazendeiros que os investiram do poder de dar ordens ao carcereiro, justamente para mandar na prisão os próprios inimigos, os próprios adversários e os colonos que não achassem do seu próprio agrado os usos e os costumes medievais da fazenda; usos e costumes que vão da *jus cosciandi*, à compensação negada, às chicotadas e ao tiro de carabina que alcança os que desertam do feudo (PINHEIRO, P. & HALL, M. 1981, pág.294).

---

<sup>2</sup> Utilizo o termo espontâneo para referenciar estes movimentos em sua especificidade de organização – dispersa-, pois era um período de construção de um movimento, não acabado.

Esse artigo apresentado pelos autores, exemplifica uma parte das revoltas dos trabalhadores na Primeira República, nesse caso, especificamente, dos anarquistas que tecem críticas e fortes denúncias em seus jornais.

Assim, as relações de trabalho específicas da sociedade brasileira que se destacava pela forte produção agrícola e pelo nascimento do capitalismo industrial, proporcionaram modos singulares de exploração, como já bem falamos das relações oligárquicas.

Desse modo, os autores apresentam discursos que se contrapõem, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla das relações e fatores que se relacionam.

### **Considerações finais**

Esses autores, como já afirmamos, buscaram demonstrar que as manifestações ocorridas em 1917 e que continuaram até 1921, foram frutos de problemas específicos da sociedade brasileira daquele período, não significando que, deve-se excluir a influência internacional do bolchevismo (posterior a 1917), mas sim, reconhecer que não foram apenas importações de ideias, sejam elas anarquistas ou socialistas, mas todo o complexo político, econômico, social e cultural brasileiro deu “vida” a esses pensamentos e utopias.

### **Referências**

DECCA, Edgar Salvadori De. **1930: O silêncio dos vencidos**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1984.

HEBLING, Cristina Campos. **O sonhar libertário: movimento operário nos anos 1917 a 1921**. Editora Pontes (Unicamp), São Paulo, 1988.

MAGNANI, Sylvia Lang. **O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984 (Coleção Tudo é história).

PAOLI, Maria Célia. **Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira.** Encontro da Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro (UFRJ), 07/10/1982.

PINHEIRO, Paulo S. & HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil.** Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado (1889-1930), Vol.II. Brasiliense, São Paulo, 1981.

RAGO, Margareth L. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.** Editora Paz e Terra, São Paulo, 1985.